



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417  
CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia  
camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br  
CNPJ nº13.252.010/0001-66

### CÂMARA MUNICIPAL DE AMARGOSA AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026 (Processo Administrativo n.º07/2026)

A CÂMARA MUNICIPAL DE AMARGOSA, ESTADO DA BAHIA, por intermédio de seu Agente de Contratação, designados pelo Portaria nº 44/2025 de 11 de fevereiro de 2025, em cumprimento ao disposto no § 3º, do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna público aos interessados do ramo pertinente, o processo de Dispensa de Licitação, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO, nos termos Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal Nº 062, 10 de agosto de 2023, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta:

<b>Endereço Eletrônico para Recepção de Proposta e Documentos:</b> <a href="mailto:camara.licitacoescontratos@gmail.com">camara.licitacoescontratos@gmail.com</a>
<b>Endereço para Protocolo Físico:</b> Sala das Licitações, Sede da Câmara Municipal, situado na Rua Moreira Coelho, 89, Centro, Amargosa – Bahia, CEP 45.300-000.
<b>Dia e Horário Limite para Recepção de Propostas:</b> 30/03/2026, às 11h00min
<b>Horário Estimado para Divulgação do Resultado:</b> 31/03/2026, às 11h00min

1.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Contratação da aquisição de material de consumo (alimentos, materiais descartáveis e limpeza) para atender a necessidades da Câmara Municipal de Amargosa/Ba**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2 A contratação ocorrerá em item, conforme tabela constante abaixo:

1.3

ITEM	PRODUTO	MEDIDA	QUANT
1	CAFÉ TORRADO E MOÍDO, extra forte, em embalagens de 250 g, de 1º qualidade, com registro na ABIC.	Pacote	250
2	AÇÚCAR, alvo, de 1ª qualidade, em embalagens de 1 kg.	Pacote	200
3	LEITE EM PÓ INTEGRAL, de 1ª qualidade, em embalagem com 800 g, com dados de identificação nutricional na forma a seguir: valor energético 130 Kcal, carboidratos 9.9g, proteínas 6,8g, gorduras totais 7,0, gorduras saturadas 3,9g, sem gorduras <i>trans</i> , fibra alimentar 0g, sódio 95mg, cálcio 246mg, ferro, vitaminas A, D e C. Padrão de qualidade: Nestlé Ninho ou equivalente de melhor qualidade.	Pacote	80



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

4	ACHOCOLATADO EM PÓ, instantâneo, adoçado, de 1ª qualidade, em embalagem com 400 g, com dados de identificação nutricional na forma a seguir: valor energético 75 Kcal, carboidratos 17g, proteínas 0,8g, gorduras totais 0,6, gorduras saturadas 0g, sem gorduras <i>trans</i> , fibra alimentar 1,1g, sódio 23mg, cálcio 188mg, ferro, vitaminas A, B. Padrão de qualidade: Nestlé Nescau ou equivalente de melhor qualidade.	Lata	60
5	REFRIGERANTE SABOR COLA, de 1ª qualidade, valor energético 87 kcal 4%, carboidratos 22g 7%, açúcares 22g, garrafa pet 2L, Padrão de qualidade: Pepsi ou equivalente de melhor qualidade.	Garrafa	30
6	REFRIGERANTE SABOR GUARANÁ, de 1ª qualidade, valor energético 80 kcal 4%, carboidratos 20g 7%, sódio 11mg, garrafa pet 2L, Padrão de qualidade: Antartica ou equivalente de melhor qualidade.	Garrafa	30
7	REFRIGERANTE SABOR LARANJA, de 1ª qualidade, valor energético 95 kcal 5%, carboidratos 24g 8%, sódio 15mg 1%, garrafa pet 2L, Padrão de qualidade: Sukita ou equivalente de melhor qualidade.	Garrafa	30
8	POLPA DE FRUTAS, de primeira qualidade, em embalagem de 200 g, 100% natural, contendo dados de identificação, data de fabricação.	Unid.	200
9	BISCOITO CREAM CRACKER, de 1ª qualidade, em embalagem de 420 g, contendo na embalagem 3 packs. Contendo na embalagem dados de identificação.	Pacote	50
10	BISCOITO TIPO MAISENA, de 1ª qualidade, em embalagem de 400 g, contendo na embalagem 3 packs. Contendo na embalagem dados de identificação.	Pacote	50
11	MARGARINA, a base de óleos vegetais e interesterificado, água, sal (Cloreto de Sódio), Cloreto de Potássio, soro de leite em pó, leite em pó desnatado, de 1ª qualidade em embalagem de 500 g, contendo na embalagem dados de identificação.	Pote	10
12	Adoçante Stévia Sachê 0,6g Caixa 1000 Unidades	Caixa	05
13	Açúcar Refinado granulado em sachê 5gr CX 400 UN	Caixa	05
14	Biscoito Banana e Canela Sachê 13,9g Com 80 Sachês	Caixa	20
15	Biscoito Leite Gotas De Chocolate Sachê Pacote Com 80 Sachês. Padrão de qualidade: Bauducco ou equivalente de melhor qualidade.	Caixa	20
16	Biscoito Água Renata Sachê 11g Caixa 180. Padrão de qualidade: Renata ou equivalente de melhor qualidade.	Caixa	20
17	Cápsula De Café, cápsula de alumínio, diversos sabores. Padrão de qualidade: Starbucks Nespreso degustação ou equivalente de melhor qualidade.	Caixa	20
18	Cápsula De Café, 10 cápsulas, diversos sabores. Padrão de qualidade: Nescafé doce gusto ou equivalente de melhor qualidade.	Caixa	20
19	Água MINERAL em copo de 200ml. Caixa com 48 unidades.	Caixa	50
20	Chá de Hortelã 10 sachês 10g	Caixa	30
21	Chá de Erva Doce 10 sachês 10g	Caixa	30



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

22	Chá de Camomila 10 sachês 10g	Caixa	30
23	Chá de Capim Santo 10 sachês10g	Caixa	30
24	GARRAFA TÉRMICA, de mesa com capacidade para 1000 ml; NBR 13282 – ABNT.	Unid.	6
25	PANELA, de alumínio polido nº 20, capacidade para 3,0 L.	Unid.	3
26	COPO DE ALUMÍNIO, alumínio polido nº 16, capacidade para 1,8 L.	Unid.	3
27	COADOR DE CAFÉ, em tecido de 100% algodão, aro de metal.	Unid.	12
28	FRIGIDEIRA, de alumínio polido nº 22, capacidade para 2,0 L.	Unid.	3
29	BALDE PLASTICO, capacidade de 08 litros, fabricada em polietileno de média densidade. Fabricado com material reciclável.	Unid.	12
30	LIXEIRA SEM TAMPA, fabricada em polietileno de média densidade. Capacidade 9,6 litros.	Unid.	12
31	LIXEIRA COM TAMPA P/ PIA, fabricada em polietileno de média densidade. Capacidade 6,51 litros.	Unid.	12
32	CORDA DE VARAL, com 10 metros de comprimento, nº 5. O produto contém 90% polietileno e 10% polipropileno.	Unid.	6
33	ÁGUA SANITÁRIA, em embalagem plástica de 1000 ml, própria para aplicação em lavagem e como alvejante de roupas, sanitários, pias, etc.	Frasco	120
34	ÁLCOOL LÍQUIDO 70%, Start galão de 5 litros. Finalidade: Indicado para higienização, assepsia e desinfecção	Galão	40
35	DETERGENTE LÍQUIDO, dermatologicamente testado, avaliado pela ANVISA, líquido concentrado (possibilitando maior rendimento), em frasco com 500 ml e bico dosador. Para limpeza doméstica, biodegradável, glicerinado, antialérgico, em recipiente transparente, inquebrável, contendo rotulo que especifique sua composição química, químico responsável pelo produto. O produto deve obedecer à portaria 15/1988 da Vigilância Sanitária.	Frasco	80
36	SABÃO EM PÓ, acondicionado em embalagem plástica contendo 500 g.	Pacote	100
37	ESPONJA DUPLA FACE, com um lado macio e o outro de fibra abrasiva, à base de fibras sintéticas e minerais abrasivos unidas por resina À prova d'água usada para limpeza geral, medindo 110mmx75mmx20mm, aproximadamente.	Unid.	60
38	DESINFETANTE LÍQUIDO, eliminador de odores com três funções: limpa, desinfeta e perfuma, com princípio ativo autorizado pelo Ministério da Saúde – Frasco com 2000 ml. O produto deve obedecer à portaria 15/1988 da Vigilância Sanitária.	Frasco	80
39	VASSOURA Prensada PIAÇAVA 40cm, base de madeira com cerdas naturais de piaçava prensada, cabo de madeira com 1,20 m.	Unid.	12
40	PAPEL HIGIÊNICO, de primeira linha, texturizado, folha dupla, picotado, NEUTRO, cor BRANCO, rolo com 30 m x10 cm, acondicionado em embalagens	Pacote	300



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

	com 04 rolos em cada.		
41	PAPEL TOALHA, interfolhas c/ duas dobras, cor BRANCO, medindo aproximadamente 23 m x 21 cm, acondicionado em embalagens com 02 rolos em cada.	Pacote	400
42	GUARNAPO DE PAPEL, 100% celulose, texturizado, cor BRANCO, medindo aproximadamente 21 cm x 22 cm, de boa qualidade, acondicionados em pacotes com 50 folhas cada.	Pacote	75
43	ESPONJA DE LÃ DE AÇO, para cozinha, acondicionada em pacotes plásticos contendo 08 unidades em cada e peso líquido de 60 g, biodegradáveis.	Pacote	60
44	SACO DE ALGODÃO 190, alvejado, aberto, medindo, no mínimo, 45 x 68 cm, cor BRANCO, para aplicação em limpeza em geral, material 100% algodão.	Unid.	30
45	LIMPA VIDROS, em embalagem plástica com bico aplicador, contendo na embalagem a validade, marca, composição e quantidade. Embalagem com 500 ml.	Frasco	100
46	DESODORIZADOR DE AR, em embalagem de metal com bico aplicador, com função de perfumar ambientes, com princípio ativo autorizado pelo Ministério da Saúde – Frasco com 360 ml. O produto deve obedecer à portaria 15/1988 da Vigilância Sanitária.	Frasco	80
47	ESCOVA SANITÁRIA, para limpeza de vasos sanitários, em material sintético, pigmento e metal.	Unid.	12
48	PÁ DE LIXO, base de metal em Zinco galvanizado e cabo em madeira com 40 cm.	Unid.	12
49	RODO PLÁSTICO, duplo, ideal para secar superfícies, auxilia na limpeza e no escoamento da água. Borracha em EVA, cabo de madeira plastificado com 1,20 m.	Unid.	12
50	ESCOVA P/ LIMPEZA DE AZULEJOS E REJUNTE PLÁSTICA, própria para limpeza de cantos e rejuntas de superfícies difíceis planas.	Unid.	12
51	VASSOURA DE PÊLO, indicada para limpeza em pisos frios e madeira. Fabricada em Nylon reforçado e cerdas macias ou crina natural de excelente durabilidade. Sistema de encaixe do cabo através de rosca universal.	Unid.	12
52	ÓLEO P/ LIMPEZA DE MÓVEIS, óleo mineral e vegetal, em embalagem plástica com 200 ml, utilizado para limpeza e brilho de móveis de madeira.	Frasco	36
53	FLANELA, próprio para limpeza de superfícies, supermacia, tamanho M, aberto, cor LARANJA, 33 cm x 53 cm, 100% algodão.	Unid.	36
54	PANO DE PRATO, próprio para secar e limpar louças e talheres, alvejado, aberto, cor BRANCO, 45 x 85 cm, material 100% algodão.	Unid.	36
55	SABONETE, em líquido (composição: Ácido graxo de arroz, neutralizante, lauril éter, sulfato de sódio, coadjuvante, fragrância isotiazilina, corante e água) 2 litros.	Unid.	50
56	SACOS PLÁSTICOS P/ LIXO, biodegradável, cor preta, capacidade de 100 litros, medindo 75 x 105 cm – Cada pacote com 05 unidades separadas um a um.	Pacote	100



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

57	SACOS PLÁSTICOS P/ LIXO, biodegradável, cor preta, capacidade de 30 litros – Cada pacote com 30 unidades separadas um a um.	Pacote	50
58	LUVA EM LÁTEX NATURAL, luva de segurança, confeccionada em látex natural, com superfície externa antiaderente na palma, anatômica, interior forrado em algodão flocado, tamanhos M.	Par	70
59	PLÁSTICO FILME, feito de PVC, utilizado para acondicionar alimentos, com dimensões de 28 x 30 m.	Rolo.	05
60	COPO DESCARTÁVEL, com capacidade mínima de 200 ml, em polipropileno, na cor BRANCO/TRANSPARENTE, com frisos e saliências nas bordas, peso de cada cento deverá ser igual ou superior a 220 gr. O produto deverá ser atóxico com a NBR 14865/02 (ABNT), caixas de papelão com 2.500 copos, acondicionados em sacos plásticos limpos lacrados, com 100 unidades, cada um contendo, nome do fabricante, quantidade e nome do produto.	Caixa	30
61	COPO DESCARTÁVEL, com capacidade mínima de 50 ml, em polipropileno, na cor BRANCO/TRANSPARENTE, com frisos e saliências nas bordas, peso de cada cento deverá ser igual ou superior a 140 gr. O produto deverá ser atóxico com a NBR 14865/02 (ABNT), caixas de papelão com 5000 copos, acondicionados em sacos plásticos limpos lacrados, com 100 unidades, cada um contendo, nome do fabricante, quantidade e nome do produto.	Caixa	5
62	Pilha AA, do tipo alcalina. Pacote com 02 unidades	Pacote	20
63	Pilha AAA, do tipo alcalina. Pacote com 02 unidades	Pacote	60
64	Colher Descartável para Refeição com 50 Unidades	Pacote	20
65	Mexedor Café C/500 8,5 cm Cristal tipo mini remo: Padrão de qualidade: Mexa bem ou equivalente de melhor qualidade.	Pacote	10
66	Garfo Descartável para Refeição com 50 Unidades	Pacote	20
67	Faca Descartável para Refeição com 50 Unidades	Pacote	20
68	Prato Plástico Descartável Branco 22cm c/10	Pacote	60
69	MOP GIRATÓRIO, limpa, lava e seca. Microfibra de alta absorção; composto de polímeros e aço inoxidável; ideal para piso vinílico, madeira e porcelanato, com refil.	Unid	6

1.3.1 Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.4 O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### 1. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

1.1. A participação na presente dispensa se dará através de protocolo físico no endereço da



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

Câmara Municipal, Sede da Câmara Municipal, situado na Rua Moreira Coelho, 89, Centro, Amargosa – Bahia, CEP 45.300-000. ou remessa de mensagem eletrônica ao e-mail [camara.licitacoescontratos@gmail.com](mailto:camara.licitacoescontratos@gmail.com) até o fim do prazo limite previsto no preâmbulo do Aviso de Contratação Direta.

1.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos neste Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e seus anexos.

1.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes da apresentação de proposta, ainda que por terceiros não autorizados.

**1.2.** Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

1.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

1.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

1.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

1.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

1.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

1.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

## 2. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

2.1. A participação do fornecedor na dispensa se dará com a apresentação de sua proposta inicial, na forma deste item, que deverá ser apresentada **concomitantemente com a documentação exigida para a habilitação.**

2.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, através do endereço eletrônico indicado neste Aviso ou mediante protocolo direto no Setor de Licitações, da proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

2.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

2.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

2.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento;

2.4.1. Os preços ofertados, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

2.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

2.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

2.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência ou Projeto Básico**, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

2.8. Uma vez apresentada a proposta, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

2.9. Na apresentação da proposta, o fornecedor deverá encaminhar **Declaração Conjunta**, preferencialmente no modelo anexo previsto neste instrumento, informando:

2.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49. *A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.*

2.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

2.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas, assumindo como firmes e verdadeiras;

2.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

2.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

2.9.7. O encerramento do prazo ocorrerá do dia e horários fixados neste Aviso como limite para recepção de propostas, sem qualquer possibilidade de prorrogação.

### 3. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

3.1. **Encerrada o prazo, até as 11 horas**, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação. Será confeccionado ata com a relação das propostas obtidas.

3.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

3.2.1. Neste caso, será encaminhada ao endereço eletrônico contraproposta ao fornecedor que





Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

3.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

3.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata lavrada para deliberação da Comissão ou Agente de Contratação na dispensa.

**3.3.** Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada a negociação de preços, acaso existente.

**3.4.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**3.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

3.5.1. contiver vícios insanáveis;

3.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

3.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

3.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

3.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

**3.6.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

3.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

3.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

**3.7.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**3.8.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pela Câmara Municipal, desde que não haja majoração do preço.

3.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

3.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**3.9.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do fornecimento dos bens ou da área especializada no objeto.

**3.10.** Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**3.11.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

### 4. HABILITAÇÃO

**4.1.** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado entre as propostas recebidas.

**4.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

**4.2.1.** Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do **TCU** (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

**4.2.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**4.2.2.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**4.2.2.1.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**4.2.2.1.2.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

**4.2.3.** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**4.3.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

por meio dos documentos exigidos neste instrumento.

4.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

4.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**4.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

**4.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**4.6.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

**4.7.** O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

4.7.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

**4.8.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

**4.9.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

4.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

**4.10.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

## **5. CONTRATAÇÃO**

**5.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**5.2.** O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

5.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

5.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**5.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

5.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

5.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

5.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**5.4.** O prazo de vigência da contratação é de 10 (**dez**) meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

**5.5.** Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **6. SANÇÕES**

**6.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

6.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

6.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

6.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

- 6.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 6.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 6.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 6.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
- 6.1.9. fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 6.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 6.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de recepção de propostas na forma indicada neste aviso.
- 6.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 6.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 6.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 6.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

6.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**6.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**6.5.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**6.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**6.7.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**6.8.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**6.9.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**6.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**6.11.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

### **7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**7.1.** O procedimento será divulgado no Diário Oficial do Município da Câmara Municipal de Amargosa/BA.

**7.2.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

fracassado), a Administração poderá:

7.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

7.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

7.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

7.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

7.3. As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

7.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

7.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

7.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio ou entrega de propostas, documentos de habilitação ou documentos complementares observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e remessa da documentação relativa ao procedimento.

7.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

7.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

**7.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

**7.12.** Da sessão pública será divulgada Ata da Deliberação da Comissão ou Agente de Contratação no Portal da Transparência da Câmara Municipal.

**7.13.** Segundo disposição da legislação municipal, nas contratações diretas em razão de valor, previstas no art. 75, inciso I e II da Lei nº 14.133/202, é opcional o Estudo Técnico Preliminar.

**7.14.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

7.14.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

7.14.2. ANEXO II - Termo de Referência;

7.14.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

7.14.4. ANEXO IV – Declaração Conjunta de cumprimento de requisitos.

7.14.5. ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços.

Amargosa/BA, 25 de março de 2026.

Landerson Santos de Souza Brandão  
Assessor de Gabinete





Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

### ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

#### 1 Habilitação jurídica:

1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais **ou** municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

### 3 Qualificação Econômico-Financeira:

3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

### 4 Qualificação Técnica

4.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento dos bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados.

4.1.1.1 Os atestados deverão referir-se a fornecimento de bens prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.1.1.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram fornecidos os bens.



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

**ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA  
TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21  
FORNECIMENTO DE BENS – CONTRATAÇÃO DIRETA  
(Processo Administrativo n.º.07/2026)**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).**

1.1. Este termo visa orientar acerca da Contratação da aquisição de material de consumo (alimentos, materiais descartáveis e limpeza) para atender a necessidades da Câmara Municipal de Amargosa/Ba, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 **(doze) meses** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	PRODUTO	MEDIDA	QUANT	COTAÇÃO 1	COTAÇÃO 2	COTAÇÃO 3	MÉDIA
1	CAFÉ TORRADO E MOÍDO, extra forte, em embalagens de 250 g, de 1º qualidade, com registro na ABIC.	Pacote	250	18,33	18,52	18,90	18,58
2	AÇÚCAR, alvo, de 1ª qualidade, em embalagens de 1 kg.	Pacote	200	5,51	5,57	5,64	5,57
3	LEITE EM PÓ INTEGRAL, de 1ª qualidade, em embalagem com 800 g, com dados de identificação nutricional na forma a seguir: valor energético 130 Kcal, carboidratos 9.9g, proteínas 6,8g, gorduras totais 7,0, gorduras saturadas 3,9g, sem gorduras <i>trans</i> , fibra alimentar 0g, sódio 95mg, cálcio 246mg, ferro, vitaminas A, D e C. Padrão de qualidade: Nestlé Ninho ou equivalente de melhor qualidade.	Pacote	80	36,30	36,80	37,00	36,70
4	ACHOCOLATADO EM PÓ, instantâneo, adoçado, de 1ª qualidade, em embalagem com 400 g, com dados de identificação nutricional na forma a seguir: valor energético 75 Kcal, carboidratos 17g, proteínas 0,8g, gorduras totais 0,6, gorduras saturadas 0g, sem gorduras <i>trans</i> , fibra alimentar 1,1g, sódio 23mg, cálcio 188mg, ferro, vitaminas A, B. Padrão de qualidade: Nestlé Nescau ou equivalente de melhor qualidade.	Lata	60	17,17	17,35	17,71	17,41
5	REFRIGERANTE SABOR COLA, de 1ª qualidade, valor energético 87 kcal 4%, carboidratos 22g 7%, açúcares 22g, garrafa pet 2L,	Garrafa	30	13,31	13,45	13,73	13,50



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

	Padrão de qualidade: Pepsi ou equivalente de melhor qualidade.						
6	REFRIGERANTE SABOR GUARANÁ, de 1ª qualidade, valor energético 80 kcal 4%, carboidratos 20g 7%, sódio 11mg, garrafa pet 2L, Padrão de qualidade: Antartica ou equivalente de melhor qualidade.	Garrafa	30	13,79	13,84	14,22	13,92
7	REFRIGERANTE SABOR LARANJA, de 1ª qualidade, valor energético 95 kcal 5%, carboidratos 24g 8%, sódio 15mg 1%, garrafa pet 2L, Padrão de qualidade: Sukita ou equivalente de melhor qualidade.	Garrafa	30	10,42	10,53	10,74	10,56
8	POLPA DE FRUTAS, de primeira qualidade, em embalagem de 200 g, 100% natural, contendo dados de identificação, data de fabricação.	Unid.	200	1,91	1,93	1,97	1,94
9	BISCOITO CREAM CRACKER, de 1ª qualidade, em embalagem de 420 g, contendo na embalagem 3 packs. Contendo na embalagem dados de identificação.	Pacote	50	5,77	5,83	5,95	5,85
10	BISCOITO TIPO MAISENA, de 1ª qualidade, em embalagem de 400 g, contendo na embalagem 3 packs. Contendo na embalagem dados de identificação.	Pacote	50	6,04	6,10	6,22	6,12
11	MARGARINA, a base de óleos vegetais e interesterificado, água, sal (Cloreto de Sódio), Cloreto de Potássio, soro de leite em pó, leite em pó desnatado, de 1ª qualidade em embalagem de 500 g, contendo na embalagem dados de identificação.	Pote	10	10,60	10,80	10,94	10,78
12	Adoçante Stévia Sachê 0,6g Caixa 1000 Unidades	Caixa	05	137,06	138,48	141,32	138,95
13	Açúcar Refinado granulado em sachê 5gr CX 400 UN	Caixa	05	41,47	41,90	42,76	42,04
14	Biscoito Banana e Canela Sachê 13,9g Com 80 Sachês	Caixa	20	145,00	146,50	149,50	147,00
15	Biscoito Leite Gotas De Chocolate Sachê Pacote Com 80 Sachês. Padrão de qualidade: Bauducco ou equivalente de melhor qualidade.	Caixa	20	156,54	158,16	161,40	158,70
16	Biscoito Água Renata Sachê 11g Caixa 180. Padrão de qualidade: Renata ou equivalente de melhor qualidade.	Caixa	20	196,64	198,68	202,76	199,36
17	Cápsula De Café, cápsula de alumínio, diversos sabores. Padrão de qualidade: Starbucks Nespresso degustação ou equivalente de melhor qualidade.	Caixa	20	77,18	77,98	79,58	78,25



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

18	Cápsula De Café, 10 cápsulas, diversos sabores. Padrão de qualidade: Nescafé doce gosto ou equivalente de melhor qualidade.	Caixa	20	33,58	33,93	34,62	34,04
19	Água MINERAL em copo de 200ml. Caixa com 48 unidades.	Caixa	50	84,92	85,80	87,56	86,09
20	Chá de Hortelã 10 sachês 10g	Caixa	30	8,80	8,89	9,07	8,92
21	Chá de Erva Doce 10 sachês 10g	Caixa	30	8,80	8,89	9,07	8,92
22	Chá de Camomila 10 sachês 10g	Caixa	30	8,80	8,89	9,07	8,92
23	Chá de Capim Santo 10 sachês 10g	Caixa	30	8,80	8,89	9,07	8,92
24	GARRAFA TÉRMICA, de mesa com capacidade para 1000 ml; NBR 13282 – ABNT.	Unid.	6	48,25	48,75	49,75	48,91
25	PANELA, de alumínio polido nº 20, capacidade para 3,0 L.	Unid.	3	49,98	50,50	51,54	50,67
26	COPO DE ALUMÍNIO, alumínio polido nº 16, capacidade para 1,8 L.	Unid.	3	27,98	28,27	28,85	28,37
27	COADOR DE CAFÉ, em tecido de 100% algodão, aro de metal.	Unid.	12	12,54	12,67	12,93	12,71
28	FRIGIDEIRA, de alumínio polido nº 22, capacidade para 2,0 L.	Unid.	3	69,28	70,00	71,44	70,24
29	BALDE PLÁSTICO, capacidade de 08 litros, fabricada em polietileno de média densidade. Fabricado com material reciclável.	Unid.	12	10,03	10,14	10,34	10,17
30	LIXEIRA SEM TAMPA, fabricada em polietileno de média densidade. Capacidade 9,6 litros.	Unid.	12	12,54	12,67	12,93	12,71
31	LIXEIRA COM TAMPA P/ PIA, fabricada em polietileno de média densidade. Capacidade 6,51 litros.	Unid.	12	35,12	35,49	36,21	35,61
32	CORDA DE VARAL, com 10 metros de comprimento, nº 5. O produto contém 90% polietileno e 10% polipropileno.	Unid.	6	14,47	14,62	14,92	14,67
33	ÁGUA SANITÁRIA, em embalagem plástica de 1000 ml, própria para aplicação em lavagem e como alvejante de roupas, sanitários, pias, etc.	Frasco	120	2,87	2,90	2,96	2,91
34	ÁLCOOL LÍQUIDO 70%, Start galão de 5 litros. Finalidade: Indicado para higienização, assepsia e desinfecção	Galão	40	67,55	68,25	69,65	68,48
35	DETERGENTE LÍQUIDO, dermatologicamente testado, avaliado pela ANVISA, líquido concentrado (possibilitando maior rendimento), em frasco com 500 ml e bico dosador. Para limpeza doméstica, biodegradável, glicerinado, antialérgico, em recipiente transparente, inquebrável, contendo rotulo que especifique sua composição química, químico	Frasco	80	2,87	2,90	2,96	2,91



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

	responsável pelo produto. O produto deve obedecer à portaria 15/1988 da Vigilância Sanitária.						
36	SABÃO EM PÓ, acondicionado em embalagem plástica contendo 500 g.	Pacote	100	7,70	7,78	7,94	7,80
37	ESPONJA DUPLA FACE, com um lado macio e o outro de fibra abrasiva, à base de fibras sintéticas e minerais abrasivos unidas por resina À prova d'água usada para limpeza geral, medindo 110mmx75mmx20mm, aproximadamente.	Unid.	60	0,96	0,97	0,99	0,97
38	DESINFETANTE LÍQUIDO, eliminador de odores com três funções: limpa, desinfeta e perfuma, com princípio ativo autorizado pelo Ministério da Saúde – Frasco com 2000 ml. O produto deve obedecer à portaria 15/1988 da Vigilância Sanitária.	Frasco	80	10,80	10,92	11,14	10,95
39	VASSOURA Prensada PIAÇAVA 40cm, base de madeira com cerdas naturais de piaçava prensada, cabo de madeira com 1,20 m.	Unid.	12	36,47	36,85	37,61	36,98
40	PAPEL HIGIÊNICO, de primeira linha, texturizado, folha dupla, picotado, NEUTRO, cor BRANCO, rolo com 30 m x10 cm, acondicionado em embalagens com 04 rolos em cada.	Pacote	300	14,47	14,62	14,92	14,67
41	PAPEL TOALHA, interfolhas c/ duas dobras, cor BRANCO, medindo aproximadamente 23 m x 21 cm, acondicionado em embalagens com 02 rolos em cada.	Pacote	400	7,52	7,60	7,76	7,63
42	GUARNAPO DE PAPEL, 100% celulose, texturizado, cor BRANCO, medindo aproximadamente 21 cm x 22 cm, de boa qualidade, acondicionados em pacotes com 50 folhas cada.	Pacote	75	4,43	4,48	4,57	4,49
43	ESPONJA DE LÃ DE AÇO, para cozinha, acondicionada em pacotes plásticos contendo 08 unidades em cada e peso líquido de 60 g, biodegradáveis.	Pacote	60	2,31	2,34	2,38	2,34
44	SACO DE ALGODÃO 190, alvejado, aberto, medindo, no mínimo, 45 x 68 cm, cor BRANCO, para aplicação em limpeza em geral, material 100% algodão.	Unid.	30	7,33	7,41	7,56	7,43
45	LIMPA VIDROS, em embalagem plástica com bico aplicador, contendo na embalagem a	Frasco	100	6,75	6,82	6,96	6,84



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

	validade, marca, composição e quantidade. Embalagem com 500 ml.						
46	DESODORIZADOR DE AR, em embalagem de metal com bico aplicador, com função de perfumar ambientes, com princípio ativo autorizado pelo Ministério da Saúde – Frasco com 360 ml. O produto deve obedecer à portaria 15/1988 da Vigilância Sanitária.	Frasco	80	21,21	21,43	21,87	21,50
47	ESCOVA SANITÁRIA, para limpeza de vasos sanitários, em material sintético, pigmento e metal.	Unid.	12	11,38	11,50	11,74	11,54
48	PÁ DE LIXO, base de metal em Zinco galvanizado e cabo em madeira com 40 cm.	Unid.	12	12,15	12,28	12,53	12,32
49	RODO PLÁSTICO, duplo, ideal para secar superfícies, auxilia na limpeza e no escoamento da água. Borracha em EVA, cabo de madeira plastificado com 1,20 m.	Unid.	12	13,91	13,65	13,93	13,83
50	ESCOVA P/ LIMPEZA DE AZULEJOS E REJUNTE PLÁSTICA, própria para limpeza de cantos e rejuntas de superfícies difíceis planas.	Unid.	12	16,01	16,18	16,51	16,23
51	VASSOURA DE PÊLO, indicada para limpeza em pisos frios e madeira. Fabricada em Nylon reforçado e cerdas macias ou crina natural de excelente durabilidade. Sistema de encaixe do cabo através de rosca universal.	Unid.	12	29,37	29,67	30,28	29,77
52	ÓLEO P/ LIMPEZA DE MÓVEIS, óleo mineral e vegetal, em embalagem plástica com 200 ml, utilizado para limpeza e brilho de móveis de madeira.	Frasco	36	12,50	12,63	12,89	12,64
53	FLANELA, próprio para limpeza de superfícies, supermacia, tamanho M, aberto, cor LARANJA, 33 cm x 53 cm, 100% algodão.	Unid.	36	3,86	3,90	3,98	3,91
54	PANO DE PRATO, próprio para secar e limpar louças e talheres, alvejado, aberto, cor BRANCO, 45 x 85 cm, material 100% algodão.	Unid.	36	6,75	6,82	6,96	6,84
55	SABONETE, em líquido (composição: Ácido graxo de arroz, neutralizante, lauril éter, sulfato de sódio, coadjuvante, fragrância isotiazilina, corante e água) 2 litros.	Unid.	50	34,93	35,29	36,01	35,41
56	SACOS PLÁSTICOS P/ LIXO, biodegradável, cor preta, capacidade de 100 litros, medindo 75 x 105 cm – Cada	Pacote	100	5,98	6,04	6,16	6,06



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

	pacote com 05 unidades separadas um a um.						
57	SACOS PLÁSTICOS P/ LIXO, biodegradável, cor preta, capacidade de 30 litros – Cada pacote com 30 unidades separadas um a um.	Pacote	50	17,94	18,13	18,50	18,19
58	LUVA EM LÁTEX NATURAL, luva de segurança, confeccionada em látex natural, com superfície externa antiaderente na palma, anatômica, interior forrado em algodão flocado, tamanhos M.	Par	70	5,79	5,85	5,97	5,87
59	PLÁSTICO FILME, feito de PVC, utilizado para acondicionar alimentos, com dimensões de 28 x 30 m.	Rolo.	05	11,58	11,70	11,94	11,74
60	COPO DESCARTÁVEL, com capacidade mínima de 200 ml, em polipropileno, na cor BRANCO/TRANSPARENTE, com frisos e saliências nas bordas, peso de cada cento deverá ser igual ou superior a 220 gr. O produto deverá ser atóxico com a NBR 14865/02 (ABNT), caixas de papelão com 2.500 copos, acondicionados em sacos plásticos limpos lacrados, com 100 unidades, cada um contendo, nome do fabricante, quantidade e nome do produto.	Caixa	30	208,44	210,60	214,92	211,32
61	COPO DESCARTÁVEL, com capacidade mínima de 50 ml, em polipropileno, na cor BRANCO/TRANSPARENTE, com frisos e saliências nas bordas, peso de cada cento deverá ser igual ou superior a 140 gr. O produto deverá ser atóxico com a NBR 14865/02 (ABNT), caixas de papelão com 5000 copos, acondicionados em sacos plásticos limpos lacrados, com 100 unidades, cada um contendo, nome do fabricante, quantidade e nome do produto.	Caixa	5	221,95	224,25	228,85	225,02
62	Pilha AA, do tipo alcalina. Pacote com 02 unidades	Pacote	20	6,94	7,02	7,16	7,04
63	Pilha AAA, do tipo alcalina. Pacote com 02 unidades	Pacote	60	6,94	7,02	7,16	7,04
64	Colher Descartável para Refeição com 50 Unidades	Pacote	20	6,56	6,63	6,76	6,65
65	Mexedor Café C/500 8,5 cm Cristal tipo mini remo: Padrão de qualidade: Mexa bem ou equivalente de melhor qualidade.	Pacote	10	32,81	33,15	33,83	33,26
66	Garfo Descartável para Refeição com 50 Unidades	Pacote	20	6,56	6,63	6,76	6,65
67	Faca Descartável para Refeição com 50 Unidades	Pacote	20	6,60	6,63	6,76	6,66
68	Prato Plástico Descartável	Pacote	60	7,35	7,41	7,56	7,44





Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

	Branco 22cm c/10						
69	MOP GIRATÓRIO, limpa, lava e seca. Microfibra de alta absorção; composto de polímeros e aço inoxidável; ideal para piso vinílico, madeira e porcelanato, com refil.	Unid	6	100,00	102,00	105,00	102,33
<b>VALOR TOTAL GLOBAL</b>				<b>62.881,24</b>	<b>63.551,78</b>	<b>64.815,51</b>	<b>63.749,51</b>

1.3. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 63.749,51 (Sesenta e Três Mil Setecentos e Quarenta e Nove Reais e Cinquenta e Um Centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.4. A estimativa de preços foi precedida de regular pesquisa, nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/21 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

### 1.5. Objetivo da Contratação

1.5.1 A contratação de empresa para fornecimento de material de consumo (alimentos, materiais descartáveis e limpeza) se faz necessária para atendimento das necessidades de consumo da Câmara Municipal de Amargosa, solicitações de servidores, vereadores e munícipes.

### 1.6. Da Quantidade Demandada

1.6.1 O quantitativo demandado visa atender as necessidades levantadas pela Superintendência Administrativa.

### 1.7. Da Escolha do Fornecedor

1.7.1 Deve ser escolhida a proponente que ofertar o menor preço, compatível com o mercado, consideradas as pesquisas efetuadas, desde que atenda aos requisitos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista.

1.8. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A necessidade da aquisição de material de limpeza, descartáveis e gêneros de alimentação para reposição e manutenção de estoque da Câmara Municipal, a fim de manter o quantitativo necessário desses materiais para atender à demanda de consumo, pois são itens imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades diárias desempenhadas na mesma. A futura aquisição de material de limpeza, descartáveis e gêneros alimentícios é essencial e visa o interesse público, pois esses materiais darão suporte às atividades de limpeza necessárias para o bom andamento e funcionamento da Câmara de Vereadores. Os itens a serem adquiridos são de natureza comum, de uso contínuo e frequente e os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital e por meio de especificações usuais de mercado.



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

3.1. A aquisição de material de limpeza, descartáveis e gêneros de alimentação é imprescindível à Câmara Municipal de Amargosa para suprir as necessidades e garantir o abastecimento interno e atender às constantes demandas dos setores/gabinetes desta unidade gestora. O abastecimento e fornecimento de gêneros alimentícios básicos é um dever da gestão da Câmara Municipal para com os seus servidores e vereadores, de modo que a aquisição dos produtos justificasse pela necessidade de cumprir com o atendimento das regras contidas na Constituição da República, em especial, o respeito à dignidade humana. Para tanto, a Administração preocupou-se em realizar um procedimento com a melhor relação custo benefício mediante a estipulação de critérios de aferição da qualidade. Assim, sugere-se a formalização de processo de dispensa de licitação para a execução do objeto acima especificado, sob o critério de julgamento de menor valor global, visando ao atendimento dos princípios da economicidade e preservando a competitividade, lembrando que a economia de escala está sendo levada em consideração, consoante assevera o art. 18, VII c/c o art. 23, da Lei Federal nº 14.133/2021, prevalecendo, portanto, no presente caso, a economicidade como interesse da Administração.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)**

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

4.1.1.1. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas seguintes:

4.1.1.2. Excepcionalmente será permitida a indicação de uma ou mais marcas ou modelos, desde que justificada tecnicamente no processo, nas hipóteses descritas no art. 41, inciso I, alíneas a, b, c e d da Lei nº 14133/2021. Tal disposição é relevante para dispensas submetidas a regime competitivo, tais como a de pequeno valor feitas pelo sistema de dispensa eletrônica.

4.1.1.3. Quando necessária a indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, deve esta ser seguida das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade”, devendo, nesse caso, o produto ser aceito de fato e sem restrições pela Administração.

4.1.1.4. Permite-se menção a marca de referência no aviso, como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, caso em que se deve necessariamente acrescentar expressões do tipo “ou equivalente”, “ou similar”, “ou de melhor qualidade”, podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada.” Acórdão 808/2019- Plenário, TCU.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias úteis, contados do(a) da emissão da Ordem de Fornecimento, em remessa única.



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)**

6.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 15 (quinze) dias, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

### **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, e acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417  
CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia  
camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br  
CNPJ nº13.252.010/0001-66

incorrções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

7.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).

7.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

8.1. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.2. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.3. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

8.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.3.1.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.3.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.3.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 (indicar um dos incisos do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso concreto).

9.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.12. **Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:**

9.13. **Habilitação Jurídica:**

**a) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

**b) Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br); ou

**c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**d) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil; ou

**e) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

**f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz; ou

**g) Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

**8.16.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

9.14. **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

9.14.1 prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); ou prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

9.14.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.14.4 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.14.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.14.6 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.14.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.14.8 A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

9.14.9 prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.14.10 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I-UNIDADE: 01- CAMARA MUNICIPAL

II -PROJETO/ATIVIDADE: 2001 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. LEGISLATIVAS E DOS SERV. ADMINISTRATIVOS

III- ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

IV-FONTE: 15000000– RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Landerson Santos de Souza Brandão  
Assessor de Gabinete

**CÂMARA MUNICIPAL DE AMARGOSA**  
**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026**  
**(Processo Administrativo n.º07/2026)**



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

### ANEXO III – MINUTA CONTRATUAL

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE AMARGOSA, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E A EMPRESA .....**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE AMARGOSA**, com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) Presidente da Câmara Municipal ..... (nome), inscrito no CPF nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **ou** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 75, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº. .../2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	PRODUTO	MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
...	.....	....	....	....	.....

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;

1.3.3. A Proposta do Contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.





Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

1.5. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

1.6. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

#### **1.7. PREÇO**

1.7.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

1.7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **1.8. FORMA DE PAGAMENTO**

1.8.1. *O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.*

1.8.2. *Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.*

#### **1.9. PRAZO DE PAGAMENTO**

1.9.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

1.9.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

1.9.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) de correção monetária.

#### **1.10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1.10.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

1.10.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

1.10.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

1.10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

1.10.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

1.10.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

1.10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

1.10.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

1.10.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

1.10.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

1.10.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

1.10.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

1.10.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

### **CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)**

1.11. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ (DD/MM/AAAA).

1.12. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

1.13. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.14. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.15. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.16. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.17. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.18. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

1.19. São obrigações do Contratante:

1.19.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

1.19.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

1.19.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

1.19.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

1.19.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

1.19.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

1.19.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

1.19.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

1.20. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

1.21. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1.21.1. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

1.21.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

1.21.3. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.21.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

1.21.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

1.21.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

1.21.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, *junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento*, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

1.21.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

1.21.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

1.21.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

1.21.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

1.21.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

1.21.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

1.21.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

1.21.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.21.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

### **CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

1.22. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

1.23. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417  
CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia  
camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br  
CNPJ nº13.252.010/0001-66

- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.24. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa:**

(1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

(a) O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

1.25. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

1.26. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

1.26.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

1.26.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

1.26.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

1.27. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.28. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.29. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

1.30. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

1.31. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

1.32. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

1.33. *O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

1.34. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

1.34.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*

- a) *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- b) *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

1.35. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

1.35.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.35.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.35.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.36. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

1.36.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.36.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.36.3. Indenizações e multas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

1.37. As despesas deste contrato está prevista no orçamento de 2026 e da rubrica, que lhe suceder nos orçamentos seguintes:

**I-Unidade:**

**II-Projeto/Atividade:**

**III-Elemento de despesa:**

**IV-Fonte de Recurso:**

1.38. *dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

1.39. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

1.40. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

1.41. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.42. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

1.43. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.





Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

1.44. É eleito o Foro da Cidade de Amargosa para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

....., ..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

### TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417  
CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia  
camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br  
CNPJ nº13.252.010/0001-66

### CÂMARA MUNICIPAL DE AMARGOSA AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026 (Processo Administrativo n.º07/2026)

#### ANEXO IV – DECLARAÇÃO CONJUNTA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS

A empresa....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ....., com sede na Rua....., nº ....., Bairro, Cidade de ....., Estado ....., CEP....., através de seu representante legal/Procurador ....., inscrito no CPF nº ....., sob as penas da lei,

DECLARA:

- a. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49. *A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.*
- c. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- d. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas junto a Câmara Municipal de Amargosa, assumindo como firmes e verdadeiras;
- e. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- f. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**Data e Local**

**Assinatura do Diretor ou Representante Legal**

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

### ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

<b>LICITANTE:</b>		
<b>END. COMERCIAL:</b>		<b>UF:</b>
<b>CEP:</b>	<b>FONE/FAX:</b>	<b>CONTATO:</b>
<b>INSC. ESTADUAL:</b>		<b>CNPJ:</b>
<b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b>		<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>
<b>DADOS BANCÁRIOS:</b>		
<b>OBJETO:</b>		

### PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	PRODUTO	MEDIDA	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	CAFÉ TORRADO E MOÍDO, extra forte, em embalagens de 250 g, de 1º qualidade, com registro na ABIC.	Pacote	250			
2	AÇÚCAR, alvo, de 1ª qualidade, em embalagens de 1 kg.	Pacote	200			
3	LEITE EM PÓ INTEGRAL, de 1ª qualidade, em embalagem com 800 g, com dados de identificação nutricional na forma a seguir: valor energético 130 Kcal, carboidratos 9,9g, proteínas 6,8g, gorduras totais 7,0, gorduras saturadas 3,9g, sem gorduras <i>trans</i> , fibra alimentar 0g, sódio 95mg, cálcio 246mg, ferro, vitaminas A, D e C. Padrão de qualidade: Nestlé Ninho ou equivalente de melhor qualidade.	Pacote	80			
4	ACHOCOLATADO EM PÓ, instantâneo, adoçado, de 1ª qualidade, em embalagem com 400 g, com dados de identificação nutricional na forma a seguir: valor energético 75 Kcal, carboidratos 17g, proteínas 0,8g, gorduras totais 0,6, gorduras saturadas 0g, sem gorduras <i>trans</i> , fibra alimentar 1,1g, sódio 23mg, cálcio 188mg, ferro, vitaminas A, B. Padrão de qualidade: Nestlé Nescau ou equivalente de melhor qualidade.	Lata	60			



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

5	REFRIGERANTE SABOR COLA, de 1ª qualidade, valor energético 87 kcal 4%, carboidratos 22g 7%, açúcares 22g, garrafa pet 2L, Padrão de qualidade: Pepsi ou equivalente de melhor qualidade.	Garrafa	30			
6	REFRIGERANTE SABOR GUARANÁ, de 1ª qualidade, valor energético 80 kcal 4%, carboidratos 20g 7%, sódio 11mg, garrafa pet 2L, Padrão de qualidade: Antartica ou equivalente de melhor qualidade.	Garrafa	30			
7	REFRIGERANTE SABOR LARANJA, de 1ª qualidade, valor energético 95 kcal 5%, carboidratos 24g 8%, sódio 15mg 1%, garrafa pet 2L, Padrão de qualidade: Sukita ou equivalente de melhor qualidade.	Garrafa	30			
8	POLPA DE FRUTAS, de primeira qualidade, em embalagem de 200 g, 100% natural, contendo dados de identificação, data de fabricação.	Unid.	200			
9	BISCOITO CREAM CRACKER, de 1ª qualidade, em embalagem de 420 g, contendo na embalagem 3 packs. Contendo na embalagem dados de identificação.	Pacote	50			
10	BISCOITO TIPO MAISENA, de 1ª qualidade, em embalagem de 400 g, contendo na embalagem 3 packs. Contendo na embalagem dados de identificação.	Pacote	50			
11	MARGARINA, a base de óleos vegetais e interesterificado, água, sal (Cloreto de Sódio), Cloreto de Potássio, soro de leite em pó, leite em pó desnatado, de 1ª qualidade em embalagem de 500 g, contendo na embalagem dados de identificação.	Pote	10			
12	Adoçante Stévia Sachê 0,6g Caixa 1000 Unidades	Caixa	05			
13	Açúcar Refinado granulado	Caixa	05			



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

	em sachê 5gr CX 400 UN					
14	Biscoito Banana e Canela Sachê 13,9g Com 80 Sachês	Caixa	20			
15	Biscoito Leite Gotas De Chocolate Sachê Pacote Com 80 Sachês. Padrão de qualidade: Bauducco ou equivalente de melhor qualidade.	Caixa	20			
16	Biscoito Água Renata Sachê 11g Caixa 180. Padrão de qualidade: Renata ou equivalente de melhor qualidade.	Caixa	20			
17	Cápsula De Café, cápsula de alumínio, diversos sabores. Padrão de qualidade: Starbucks Nespreso degustação ou equivalente de melhor qualidade.	Caixa	20			
18	Cápsula De Café, 10 cápsulas, diversos sabores. Padrão de qualidade: Nescafé doce gusto ou equivalente de melhor qualidade.	Caixa	20			
19	Água MINERAL em copo de 200ml. Caixa com 48 unidades.	Caixa	50			
20	Chá de Hortelã 10 sachês 10g	Caixa	30			
21	Chá de Erva Doce 10 sachês 10g	Caixa	30			
22	Chá de Camomila 10 sachês 10g	Caixa	30			
23	Chá de Capim Santo 10 sachês10g	Caixa	30			
24	GARRAFA TÉRMICA, de mesa com capacidade para 1000 ml; NBR 13282 – ABNT.	Unid.	6			
25	PANELA, de alumínio polido nº 20, capacidade para 3,0 L.	Unid.	3			
26	COPO DE ALUMÍNIO, alumínio polido nº 16, capacidade para 1,8 L.	Unid.	3			
27	COADOR DE CAFÉ, em tecido de 100% algodão, aro de metal.	Unid.	12			
28	FRIGIDEIRA, de alumínio polido nº 22, capacidade para 2,0 L.	Unid.	3			
29	BALDE PLASTICO, capacidade de 08 litros, fabricada em polietileno de média densidade. Fabricado com material reciclável.	Unid.	12			
30	LIXEIRA SEM TAMPA,	Unid.	12			



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

	fabricada em polietileno de média densidade. Capacidade 9,6 litros.					
31	LIXEIRA COM TAMPA P/ PIA, fabricada em polietileno de média densidade. Capacidade 6,51 litros.	Unid.	12			
32	CORDA DE VARAL, com 10 metros de comprimento, nº 5. O produto contém 90% polietileno e 10% polipropileno.	Unid.	6			
33	ÁGUA SANITÁRIA, em embalagem plástica de 1000 ml, própria para aplicação em lavagem e como alvejante de roupas, sanitários, pias, etc.	Frasco	120			
34	ÁLCOOL LÍQUIDO 70%, Start galão de 5 litros. Finalidade: Indicado para higienização, assepsia e desinfecção	Galão	40			
35	DETERGENTE LÍQUIDO, dermatologicamente testado, avaliado pela ANVISA, líquido concentrado (possibilitando maior rendimento), em frasco com 500 ml e bico dosador. Para limpeza doméstica, biodegradável, glicerinado, antialérgico, em recipiente transparente, inquebrável, contendo rotulo que especifique sua composição química, químico responsável pelo produto. O produto deve obedecer à portaria 15/1988 da Vigilância Sanitária.	Frasco	80			
36	SABÃO EM PÓ, acondicionado em embalagem plástica contendo 500 g.	Pacote	100			
37	ESPONJA DUPLA FACE, com um lado macio e o outro de fibra abrasiva, à base de fibras sintéticas e minerais abrasivos unidas por resina À prova d'água usada para limpeza geral, medindo 110mmx75mmx20mm, aproximadamente.	Unid.	60			
38	DESINFETANTE LÍQUIDO, eliminador de odores com três funções: limpa, desinfeta e perfuma, com princípio ativo autorizado pelo Ministério da Saúde – Frasco com 2000 ml.	Frasco	80			



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

	O produto deve obedecer à portaria 15/1988 da Vigilância Sanitária.					
39	VASSOURA Prensada PIAÇAVA 40cm, base de madeira com cerdas naturais de piaçava prensada, cabo de madeira com 1,20 m.	Unid.	12			
40	PAPEL HIGIÊNICO, de primeira linha, texturizado, folha dupla, picotado, NEUTRO, cor BRANCO, rolo com 30 m x10 cm, acondicionado em embalagens com 04 rolos em cada.	Pacote	300			
41	PAPEL TOALHA, interfolhas c/ duas dobras, cor BRANCO, medindo aproximadamente 23 m x 21 cm, acondicionado em embalagens com 02 rolos em cada.	Pacote	400			
42	GUARNAPO DE PAPEL, 100% celulose, texturizado, cor BRANCO, medindo aproximadamente 21 cm x 22 cm, de boa qualidade, acondicionados em pacotes com 50 folhas cada.	Pacote	75			
43	ESPONJA DE LÃ DE AÇO, para cozinha, acondicionada em pacotes plásticos contendo 08 unidades em cada e peso líquido de 60 g, biodegradáveis.	Pacote	60			
44	SACO DE ALGODÃO 190, alvejado, aberto, medindo, no mínimo, 45 x 68 cm, cor BRANCO, para aplicação em limpeza em geral, material 100% algodão.	Unid.	30			
45	LIMPA VIDROS, em embalagem plástica com bico aplicador, contendo na embalagem a validade, marca, composição e quantidade. Embalagem com 500 ml.	Frasco	100			
46	DESODORIZADOR DE AR, em embalagem de metal com bico aplicador, com função de perfumar ambientes, com princípio ativo autorizado pelo Ministério da Saúde – Frasco com 360 ml. O produto deve obedecer à portaria 15/1988 da Vigilância Sanitária.	Frasco	80			



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

47	ESCOVA SANITÁRIA, para limpeza de vasos sanitários, em material sintético, pigmento e metal.	Unid.	12			
48	PÁ DE LIXO, base de metal em Zinco galvanizado e cabo em madeira com 40 cm.	Unid.	12			
49	RODO PLÁSTICO, duplo, ideal para secar superfícies, auxilia na limpeza e no escoamento da água. Borracha em EVA, cabo de madeira plastificado com 1,20 m.	Unid.	12			
50	ESCOVA P/ LIMPEZA DE AZULEJOS E REJUNTE PLÁSTICA, própria para limpeza de cantos e rejuntas de superfícies difíceis planas.	Unid.	12			
51	VASSOURA DE PÊLO, indicada para limpeza em pisos frios e madeira. Fabricada em Nylon reforçado e cerdas macias ou crina natural de excelente durabilidade. Sistema de encaixe do cabo através de rosca universal.	Unid.	12			
52	ÓLEO P/ LIMPEZA DE MÓVEIS, óleo mineral e vegetal, em embalagem plástica com 200 ml, utilizado para limpeza e brilho de móveis de madeira.	Frasco	36			
53	FLANELA, próprio para limpeza de superfícies, supermacia, tamanho M, aberto, cor LARANJA, 33 cm x 53 cm, 100% algodão.	Unid.	36			
54	PANO DE PRATO, próprio para secar e limpar louças e talheres, alvejado, aberto, cor BRANCO, 45 x 85 cm, material 100% algodão.	Unid.	36			
55	SABONETE, em líquido (composição: Ácido graxo de arroz, neutralizante, lauril éter, sulfato de sódio, coadjuvante, fragrância isotiazilina, corante e água) 2 litros.	Unid.	50			
56	SACOS PLÁSTICOS P/ LIXO, biodegradável, cor preta, capacidade de 100 litros, medindo 75 x 105 cm – Cada pacote com 05 unidades separadas um a um.	Pacote	100			





Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

57	SACOS PLÁSTICOS P/ LIXO, biodegradável, cor preta, capacidade de 30 litros – Cada pacote com 30 unidades separadas um a um.	Pacote	50			
58	LUVA EM LÁTEX NATURAL, luva de segurança, confeccionada em látex natural, com superfície externa antiaderente na palma, anatômica, interior forrado em algodão flocado, tamanhos M.	Par	70			
59	PLÁSTICO FILME, feito de PVC, utilizado para acondicionar alimentos, com dimensões de 28 x 30 m.	Rolo.	05			
60	COPO DESCARTÁVEL, com capacidade mínima de 200 ml, em polipropileno, na cor BRANCO/TRANSPARENTE, com frisos e saliências nas bordas, peso de cada cento deverá ser igual ou superior a 220 gr. O produto deverá ser atóxico com a NBR 14865/02 (ABNT), caixas de papelão com 2.500 copos, acondicionados em sacos plásticos limpos lacrados, com 100 unidades, cada um contendo, nome do fabricante, quantidade e nome do produto.	Caixa	30			
61	COPO DESCARTÁVEL, com capacidade mínima de 50 ml, em polipropileno, na cor BRANCO/TRANSPARENTE, com frisos e saliências nas bordas, peso de cada cento deverá ser igual ou superior a 140 gr. O produto deverá ser atóxico com a NBR 14865/02 (ABNT), caixas de papelão com 5000 copos, acondicionados em sacos plásticos limpos lacrados, com 100 unidades, cada um contendo, nome do fabricante, quantidade e nome do produto.	Caixa	5			
62	Pilha AA, do tipo alcalina. Pacote com 02 unidades	Pacote	20			
63	Pilha AAA, do tipo alcalina. Pacote com 02 unidades	Pacote	60			
64	Colher Descartável para	Pacote	20			



Estado da Bahia

## Câmara Municipal de Amargosa

Rua Moreira Coelho nº- 89– Telefone: (75) 3634-1416 - 3634-1417

CEP 45.300-000 – Amargosa – Bahia

camara.amargosa@camaraamargosa.ba.gov.br

CNPJ nº13.252.010/0001-66

	Refeição com 50 Unidades					
65	Mexedor Café C/500 8,5 cm Cristal tipo mini remo: Padrão de qualidade: Mexa bem ou equivalente de melhor qualidade.	Pacote	10			
66	Garfo Descartável para Refeição com 50 Unidades	Pacote	20			
67	Faca Descartável para Refeição com 50 Unidades	Pacote	20			
68	Prato Plástico Descartável Branco 22cm c/10	Pacote	60			
69	MOP GIRATÓRIO, limpa, lava e seca. Microfibras de alta absorção; composto de polímeros e aço inoxidável; ideal para piso vinílico, madeira e porcelanato, com refil.	Unid	6			

<b>VALOR TOTAL</b>	
--------------------	--

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 14.133/2021 e às cláusulas e condições constantes do Edital da Dispensa de Licitação nº 005/2026

**RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO  
LOCAL DATA REPRESENTANTE